

13. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2

Notas ao Balanço e à
Demonstração
Resultados

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Entidade: Câmara Municipal de Odivelas
Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2018.

8.2.1 | Não ocorreram derrogações ao POCAL neste exercício.

8.2.2 | Comparabilidade

As contas com referência a 31 de dezembro de 2018 são comparáveis com as do período anterior.

8.2.3 | Critérios Valorimétricos e Métodos de Cálculo

As demonstrações financeiras foram elaboradas com o objetivo de dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação económica, financeira e patrimonial, aplicando os princípios de continuidade, consistência, especialização, custo histórico, prudência, materialidade e da compensação. A valoração dos ativos e passivos tem em conta os critérios valorimétricos, bem como os critérios e métodos específicos descritos.

Os registos contabilísticos tiveram por base os seguintes critérios valorimétricos, utilizados relativamente a várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados:

- **Imobilizações**

As imobilizações estão valorizadas ao custo de aquisição / construção, quando o mesmo é conhecido. Nas situações em que não foi possível obter o custo de aquisição / construção, foram utilizados critérios técnicos adequados à natureza dos bens, conforme estabelecido no POCAL. Assim, os critérios técnicos considerados foram os seguintes:

1. Em resultado do processo de inventariação do Património do Município, foram utilizados para a valorização dos bens imóveis os critérios abaixo apresentados, pela sua ordem:

- Valor patrimonial tributário;
- valor de € 492,00/m2 com base na Portaria 16-A/2008, de 9 de janeiro, para construção;
- valor de € 570,30/m2 com base na Portaria 1529-A/2008, de 26 de dezembro, para habitação social.

2. Existem ainda bens imóveis que estão reconhecidos ao justo valor, reportado a 19/12/2008, cuja avaliação foi efetuada por perito independente, existindo relatórios de avaliação a suportar os referidos montantes.

3. Para as infraestruturas (rede viária municipal) para os quais não foi possível obter o custo de construção, foram utilizados os dados das cauções de cada um dos alvarás (igual aos orçamentos de construção) e apurado um valor médio de construção de 26,11 €/m2 (assumido como critério técnico adequado à natureza dos bens de acordo com o POCAL). Para os arruamentos mais recentes, foram utilizados os respetivos valores por m2 em conformidade com os montantes das cauções prestadas para a sua construção (valores representativos dos orçamentos de construção).

4. Para as doações, foram considerados os valores atribuídos pelos cedentes aos respetivos bens (maioritariamente obras de arte em que se considerou o respetivo preço de venda ao publico).

- **Investimentos Financeiros**

Os Investimentos Financeiros (Partes de Capital) são relevados ao custo de aquisição.

- **Existências**

As existências são registadas ao custo de aquisição líquido de IVA, utilizando o custo médio ponderado como método de custeio das saídas de armazém.

- **Dívidas de e a terceiros**

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos apresentados.

- **Disponibilidades**

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

- **Acréscimos e Diferimentos**

Os proveitos e os custos foram registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos e constam nos respetivos exercícios económicos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

- **Proveitos – Rédito**

Os proveitos são mensurados pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, deduzidos dos montantes estimados de devoluções, descontos e outros abatimentos.

Os rendimentos provenientes de impostos diretos e indiretos são reconhecidos quando o direito é gerado, independentemente da data do seu recebimento, com exceção do IMI e IRS, cujo reconhecimento corresponde ao valor do imposto referente ao ano anterior. Considera-se, neste matéria, que o Município não tem o controlo dos montantes recebidos, que que é a AT que cobra este imposto e procede à sua transferência para o Município.

Os proveitos provenientes da prestação de serviços são reconhecidos quando o direito é gerado, independentemente da data do seu recebimento.

Os proveitos decorrentes dos Licenciamentos são reconhecidos quando recebidos.

Os proveitos provenientes da venda de bens são reconhecidos quando a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. Na maior parte dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do documento legal ou da passagem da posse para o comprador.

Os critérios e métodos utilizados:

- **Amortizações**

As amortizações são calculadas sobre o valor do custo de aquisição de acordo com as taxas previstas na Portaria 671/2000 – CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do estado. O método de Cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

- **Provisões**

As provisões são constituídas pelos valores efetivamente necessários e estão associadas a perdas de valores de Ativos (para cobrança duvidosas).

Relativamente às provisões para riscos e encargos (contas de passivo), as mesmas refletem as responsabilidades da Câmara em processos judiciais em curso, para os quais existem fortes probabilidades de vir a ser condenada.

- **Subsídios**

Os subsídios recebidos para comparticipar os custos com a construção de imobilizado são reconhecidos no passivo, sendo transferidos para proveitos na proporção das amortizações dos referidos bens subsidiados.

Sempre que existe fortes probabilidades dos subsídios serem recebidos são efetuadas estimativas (com base nas faturas consideradas elegíveis no âmbito de cada projeto) e relevados no ativo (conta de devedores diversos) por contrapartida do passivo (subsídios ao investimento) ou proveitos operacionais (subsídios à exploração).

- **Juizados de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juizados de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de proveitos e custos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juizados de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vida útil do património
- Provisões das dívidas a receber
- Provisões para riscos e encargos
- Estimativa de Férias e Subsídio de Férias
- Proveitos a receber de projetos participados
- Subsídios a receber de terceiras entidades
- Taxas a receber de terceiros.

8.2.4 | Não se aplica, em virtude de não se ter efetuado qualquer operação em moeda estrangeira.

8.2.5 | Não se aplica.

8.2.6 | Na conta 43 – Imobilizado Incorpóreo não existem itens relativos a despesas de instalação e despesas de investigação e desenvolvimento.

8.2.7 | Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, o movimento ocorrido nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, foi o de acordo com os seguintes quadros:

Mapa do Ativo Bruto

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REGULARIZAÇÕES	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	ABATES	TRANSFERÊNCIAS	DOAÇÕES E TRANSF.	SALDO FINAL
Bens de Domínio Público								
Terrenos e recursos naturais	11.516.227,98		2.351,87					11.518.579,85
Edifícios	0,00							0,00
Outras construções e Infraestruturas	74.733.642,24		101.688,98			1.457.277,97		76.292.609,19
Bens do património histórico, artístico e cultural	23.000,00							23.000,00
Outros bens de domínio público	3.258.053,97					51.392,06		3.309.446,03
Imobilizações em curso	385.013,60		1.275.019,27			-1.601.034,83		58.998,04
	89.915.937,79		1.379.060,12	0,00	0,00	-92.364,80	0,00	91.202.633,11
Imobilizações Incorpóreas								
Despesas de instalação	0,00							0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00							0,00
Propriedade industrial e outros direitos	1.025.460,98		25.232,71			58.570,58		1.109.264,27
Imobilizações em curso	58.570,58		16.686,77			-58.570,58		16.686,77
	1.084.031,56	0,00	41.919,48	0,00	0,00	0,00	0,00	1.125.951,04
Imobilizações Corpóreas								
Terrenos e recursos naturais	49.587.057,36		72.662,13	-42.900,00				49.616.819,49
Edifícios e outras construções	96.329.339,87		560.137,86	-69.400,00		2.962.586,60	23.173.053,12	122.955.717,45
Equipamento básico	7.766.595,83		7.480,30		-74.948,02			7.699.128,11
Equipamento de transporte	2.543.167,62		159.978,01					2.703.145,63
Ferramentas e utensílios	173.716,45		97.119,47					270.835,92
Equipamento administrativo	4.011.506,74		578.291,30		-30.988,63		525.765,13	5.084.574,54
Taras e vasilhame	0,00							0,00
Outras imobilizações corpóreas	2.099.741,97		231.914,42		-1.173,00			2.330.483,39
Imobilizações em curso	627.190,05		3.481.854,23			-2.870.221,80		1.238.822,48
	163.138.315,89	0,00	5.189.437,72	-112.300,00	-107.109,65	92.364,80	23.698.818,25	191.899.527,01
Investimentos Financeiros								
Partes de Capital	1.748.146,64				-192.040,20			1.556.106,44
Obrigações e títulos de participação	3.078.068,01	-1.099.310,01						1.978.758,00
Investimentos em imóveis	0,00							0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00							0,00
Edifícios e outras construções	0,00							0,00
Outras aplicações financeiras	0,00							0,00
Depósitos em instituições financeiras	0,00							0,00
Títulos da dívida pública	0,00							0,00
Outros títulos	0,00							0,00
Imobilizações em curso	0,00							0,00
	4.826.214,65	-1.099.310,01	0,00	0,00	-192.040,20	0,00	0,00	3.534.864,44
TOTAL	169.048.562,10	-1.099.310,01	6.610.417,32	-112.300,00	-299.149,85	0,00	23.698.818,25	287.762.975,60

O aumento da rubrica de bens de domínio público deve-se essencialmente às empreitadas do parque urbano da Ribeirada em Odivelas, à valorização paisagística do Dólmen do sítio das pedras grandes, à reconstrução dos muros das residências sénior e do espaço público colapso e à requalificação da 3ª fase do rio da Costa.

No que diz respeito às imobilizações corpóreas o aumento de 23.698.818,25 Euros refere-se ao imobilizado que pertencia à Odivelas Viva, S.A que foi transferido para o Município após a internalização daquela empresa.

Quanto ao aumento verificado na rubrica de edifícios e outras construções deve-se sobretudo à construção da unidade de saúde de Odivelas e a obras de reabilitação das escolas do Município.

A 30 de junho de 2015 foi celebrado um protocolo entre o Município de Odivelas e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) para a construção do Polo do Centro de Saúde de Odivelas/USF de Odivelas. No referido protocolo o Município de Odivelas compromete-se a ceder gratuitamente o terreno, em regime de direito de superfície pelo prazo de 70 anos, sendo a propriedade do edificado transferida para a ARSLVT após a conclusão das obras. De referir que a Unidade de Saúde de Odivelas foi concluída em 2018, não tendo ocorrido a referida transferência.

No entanto, é expectativa do Executivo que o mesmo se mantenha no património do Município decorrente do processo de descentralização a concretizar em 2019.

Relativamente às escolas do Município, as mesmas encontram-se registadas no património do Município, no entanto ainda se encontra a decorrer o processo de registo na Conservatória de Registo Predial de Odivelas

No que diz respeito ao equipamento administrativo e outras imobilizações corpóreas o aumento refere se maioritariamente, à aquisição de mobiliário e equipamento escolar, material didático e informático para as escolas básicas e jardins-de-infância do Concelho de Odivelas.

Relativamente ao equipamento de transporte verificou-se um aumento devido à aquisição de 2 viaturas de 9 lugares para o transporte de pessoas com mobilidade reduzida, e de 2 viaturas para o serviço municipal de proteção civil.

No que respeita ao imobilizado em curso o valor refere-se essencialmente, às obras de remodelação e ampliação da escola básica dos castanheiros em Caneças e à reabilitação da Quinta do Espírito Santo em Odivelas.

A regularização que ocorreu refere-se à alteração por redução de capital do Fundo de Apoio Municipal, com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2018 foi alterado o artigo 19.º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, através da qual a subscrição do capital social do FAM foi alterada por redução dos montantes anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios de acordo com o quadro seguinte:

Subscrição de Capital (art.º 303 da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro)

ENTIDADE	VALOR NOMINAL SUBSCRITO - INICIAL	VALOR NOMINAL ATÉ 2017	VALOR NOMINAL AJUSTADO 2018 -2021	TOTAL DA SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL
Município de Odivelas	3.078.068,01	1.319.172,00	659.586,00	1.978.758,00

O reforço das amortizações relativo a anos anteriores na rubrica de Edifícios e Equipamento Administrativo deve-se aos bens de imobilizado transferidos da Odivelas Viva.

O valor de 8.675,00 Euros de regularização na rubrica de edifícios deve-se à venda de casas de habitação social, o restante valor de 105.422,13 Euros refere-se a abates de bens móveis.

Mapa de Amortizações e Provisões

		REFORÇO			
RUBRICAS	SALDO INICIAL	ANOS ANTERIORES	EXERCÍCIO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
De Bens de Domínio Público					
Terrenos e recursos naturais	0,00				
Edifícios	0,00				
Outras Construções e Infraestruturas	35.383.110,97	82.971,43	3.833.730,43		39.299.812,83
Bens do patrimônio Histórico, Artístico e Cultura	10.350,00		1.150,00		11.500,00
Outros Bens de Domínio Publico	1.556.753,82		164.078,79		1.720.832,61
Total Bens de Domínio Público	36.950.214,79	82.971,43	3.998.959,22	0,00	41.032.145,44
De imobilizações Incorpóreas					
Despesas de Instalação	0,00				0,00
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	0,00				0,00
Propriedade Industrial e Outros Direitos	919.555,74		142.341,63	0,00	1.061.897,37
Imobilizações em curso	0,00				0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00				0,00
Total Imobilizações Incorpóreas	919.555,74	0,00	142.341,63	0,00	1.061.897,37
De imobilizações Corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	0,00				0,00
Edifícios e Outras construções	15.705.048,31	1.904.979,55	1.729.298,23	-8.675,00	19.330.651,09
Equipamento básico	7.686.808,92		22.331,07	-74.948,02	7.634.191,97
Equipamento de transporte	2.130.490,37		73.065,42		2.203.555,79
Ferramentas e utensílios	163.731,59		15.475,66		179.207,25
Equipamento administrativo	2943124,87	434896,45	395993,67	-29301,11	3744713,88
Taras e Vasilhame	0,00				0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.699.086,46		73.502,24	-1.173,00	1.771.415,70
Imobilizações em curso	0,00				0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00				0,00
Total Imobilizações Corpóreas	30.328.290,52	2.339.876,00	2.309.666,29	-114.097,13	34.863.735,68
TOTAL	68.198.061,05	2.422.847,43	6.450.967,14	-114.097,13	76.957.778,49

8.2.8. | Desagregação das rubricas dos mapas atrás referidos.

Os intervalos das taxas de Amortização aplicadas às rubricas dos mapas antecedentes são os seguintes:

CONTA	DESCRIÇÃO	TAXAS DE AMORTIZAÇÃO (Intervalo)
42.2	Edifícios e Outras Construções	0% - 20%
42.3	Equipamento Básico	0% - 100%
42.4	Equipamento de Transporte	7,14% - 100%
42.5	Ferramentas e Utensílios	7,14% - 100%
42.6	Equipamento Administrativo	0% - 100%
42.9	Outras Imobilizações Corpóreas	0% - 100%
43.3	Propriedade Industrial e Outros Direitos	33,33% - 100%
45.3	Outras Construções e Outras Infraestruturas	0% - 5%
45.5	Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	0,05

8.2.9. | Não foram capitalizados custos relativos as empréstimos bancários contraídos para suportar a construção de imobilizados.

8.2.10. | Não se aplica.

8.2.11. | Não se aplica.

8.2.12. | Não se aplica.

8.2.13. | Não se aplica.

8.2.14. | Os bens de Imobilizado sem valorização estão disponíveis para consulta no dossier do Património. São bens relacionados com Escolas que foram transferidas pelo Ministério da Educação

8.2.15. | Bens de Domínio Público que não são objeto de amortização.

8.2.16. | Investimentos Financeiros.

Os capitais próprios das participadas a 31/12/2017 são os seguintes:

2018								
DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE	CAPITAL SOCIAL	PARTIC. CAPITAL	%	Nº ACÇÕES	PARTIC. DE CAPITAL NA CONTA 41 (CUSTO DE AQUISIÇÃO)	%	FUNDOS / CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO LÍQUIDO
Águas do Tejo Atlântico	113.527.680,00	2.521.433,00	2,22	2.521.433,00	1.354.500,00	0,012	117.230.061,00	5.508.013,00
VALORSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e Oeste, S.A	25.200.000,00	135.945,00	0,54	27.189,00	201.606,00	0,002	67.823.920,00	10.523.552,00
Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos municípios de Loures e Odivelas	12.032.052,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,43	41.927.367,25	-437.245,14

2017								
DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE	CAPITAL SOCIAL	PARTIC. CAPITAL	%	Nº ACÇÕES	PARTIC. DE CAPITAL NA CONTA 41 (CUSTO DE AQUISIÇÃO)	%	FUNDOS / CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO LÍQUIDO
Águas do Tejo Atlântico	113.527.680,00	2.521.433,00	2,22	2.521.433,00	1.354.500,00	0,01	113.949.026,00	6.879.777,00
Odivelas Viva - Construção e Manutenção de Equipamentos, SA	50.000,00	50.000,00	100		192.040,00	100	162.106,99	112.334,11
VALORSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e Oeste, S.A	25.200.000,00	135.945,00	0,54	27.189,00	201.606,00	0,00	64.164.874,00	10.017.180,00
Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos municípios de Loures e Odivelas	12.032.052,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,43	42.557.287,47	181.970,66

Partes Relacionadas

Em 2017 o Município adquiriu a totalidade da sociedade Odivelas Viva à empresa MRG que detinha os restantes 51%, pelo montante de 27.540,20 Euros, houve ainda a necessidade de pagar uma prestação acessória no valor de 140.000 Euros, referente ao reforço de capitais que tinha sido pago por aquela entidade em 2015.

Conta	Saldo Iniciais			Anulação da participação			Anulação de saldos intra-grupo			Regularizações			Impacto Total
	Débito	Crédito	Líquido	Débito	Crédito	Líquido	Débito	Crédito	Líquido	Débito	Crédito	Líquido	
21			0,00			0,00			0,00			0,00	0,00
22		32.658,41	-32.658,41			0,00	18.676,35		18.676,35			0,00	-13.982,06
24		13.572,81	-13.572,81			0,00			0,00			0,00	-13.572,81
26	264.024,60	19.425.652,78	-19.161.628,18			0,00	19.425.652,78	17.889.677,38	1.535.975,40			0,00	-17.625.652,78
27			0,00			0,00			0,00			0,00	0,00
29			0,00			0,00			0,00			0,00	0,00
41			0,00		192.040,20	-192.040,20			0,00			0,00	-192.040,20
42	24.425.522,81		24.425.522,81			0,00			0,00		726.704,56	-726.704,56	23.698.818,25
44	205.700,00		205.700,00			0,00			0,00		205.700,00	-205.700,00	0,00
48		5.059.617,30	-5.059.617,30			0,00			0,00	2.751.883,13	32.141,83	2.719.741,30	-2.339.876,00
49			0,00	24.500,00		24.500,00			0,00			0,00	24.500,00
51	24.717.729,89	24.907.729,89	-190.000,00	190.000,00		190.000,00			0,00			0,00	0,00
57		17.715,00	-17.715,00			0,00			0,00			0,00	-17.715,00
59		156.031,11	-156.031,11	2.040,20		2.040,20	491.288,37		491.288,37	964.546,39	2.751.883,13	-1.787.336,74	-1.450.039,28
62			0,00			0,00		2.309.964,72	-2.309.964,72			0,00	-2.309.964,72
64			0,00			0,00			0,00			0,00	0,00
65			0,00			0,00			0,00			0,00	0,00
67			0,00			0,00			0,00			0,00	0,00
69			0,00			0,00			0,00			0,00	0,00
78			0,00			0,00			0,00			0,00	0,00
79			0,00		24.500,00	-24.500,00	264.024,60		264.024,60			0,00	239.524,60
	49.612.977,30	49.612.977,30	0,00	216.540,20	216.540,20	0,00	20.199.642,10	20.199.642,10	0,00	3.716.429,52	3.716.429,52	0,00	0,00

O Município tem uma participação financeira de 0,54% do capital social da VALORSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e Oeste, S.A. Esta aquisição foi aprovada pela Assembleia Municipal na 12ª Sessão extraordinária realizada a 31 de Julho de 2013.

Relativamente à participação que o Município detém na "Águas de Lisboa e Vale do Tejo", esta empresa sofreu um processo de extinção tendo sido criada uma nova entidade, em março de 2017, pelo que passou a ser denominada por "Águas do Tejo Atlântico, S.A". No seguimento deste processo, o Município de Odivelas passou a ser detentor de 2,22% da sua participação, correspondendo ao valor de 2.521.433€.

Em 2014, foi efetuado o acordo de gestão dos Serviços Intermunicipalizados de Loures e Odivelas (SIMAR).

Os SIMAR de Loures e Odivelas são um serviço público não personalizado, de interesse local, dotado de autonomia técnica, administrativa e financeira e geridos sob a forma empresarial, no quadro da organização intermunicipal, inscrevendo-se na administração direta dos respetivos municípios.

Os SIMAR não têm qualquer participação dos municípios. Contudo, na cláusula 4 está definido que, em termos de distribuição de perdas e resultados positivos e imputação de empréstimos, para efeitos do disposto no artigo 16.º, n.º 4 e 17.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31/08, os Outorgantes acordam que a distribuição e/ou imputação será efetuada a cada um dos municípios com base no número de clientes existentes em 31/12/2013 nos seguintes termos e condições percentuais:

- Município de Loures - 95.757 clientes, a que corresponderá 57%;
- Município de Odivelas - 72.259 clientes, a que corresponderá 43%.

O Município é ainda associado da Área Metropolitana de Lisboa e da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

As transações e saldos existentes no ano de 2018 com estas entidades são os seguintes:

Saldos:

ENTIDADE	Devedores		Credores	
	CONTA POC	VALOR	CONTA POC	VALOR
Águas do Tejo Atlântico	2719	116.164,00	2739	424.656,72
Sub - Total		116.164,00		424.656,72
Valorsul	2719	33.986,25	22	27.157,75
			2739	21.253,93
Sub - Total		33.986,25		48.411,68
SIMAR	26	847.618,89	22	107.595,55
	2719	424.897,22	2739	277.895,19
Sub - Total		1.272.516,11		385.490,74
TOTAL		1.531.736,73		750.730,57

Transações:

ENTIDADE	CUSTOS E PERDAS		PROVEITOS E GANHOS	
	CONTA POC	VALOR	CONTA POC	VALOR
Águas do Tejo Atlântico	62	4.939.004,96		
	65	166.266,58	78	116.164,00
Sub - Total		5.105.271,54		116.164,00
Valorsul	62	60.450,70		
	65	30.046,43		33.986,25
Sub - Total		90.497,13		33.986,25
SIMAR	62	1.098.822,22	71	
	65	330.880,71	74	5.530.938,74
Sub - Total		1.429.702,93		5.530.938,74
TOTAL		6.625.471,60		5.681.088,99

Na conta de investimentos financeiros está ainda relevada a subscrição de unidades de participação do Fundo de Apoio Municipal (FAM), nos termos da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, e Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro no montante de 1.978.758 Euros.

Nos termos do artigo 19º da referida Lei, a realização do capital decorrerá nos próximos 7 anos, com início em 2015 através de duas prestações anuais a ocorrer nos meses de Junho e Dezembro.

Foi emitida uma Nota Explicativa por parte do SATAPOCAL, a qual preconizou o reconhecimento, já em 2014, da subscrição das Unidades de Participação, por contrapartida de um passivo, refletido na conta de Outros Credores, o qual não releva para efeitos de endividamento, nos termos do n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.

8.2.17. | Não se aplica.

8.2.18. | Não se aplica.

8.2.19. | Não se aplica.

8.2.20. | Não se aplica.

8.2.21. | Não se aplica.

8.2.22. | Em 31 de Dezembro de 2018, as dívidas de Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa que se encontram incluídas em dívidas a receber ascendem a 912.132,75 Euros, encontrando-se totalmente provisionadas.

DÍVIDAS DE TERCEIROS DE COBRANÇA DUVIDOSA	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa	256.165,50	672.421,35	16.454,10	912.132,75
TOTAL	256.165,50	672.421,35	16.454,10	912.132,75

8.2.23. | Dívidas – Pessoal (ativas e passivas).

As rubricas de pessoal, decompõem-se da seguinte forma:

DÍVIDAS PESSOAL	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Cauções do pessoal		1.317,00		1379,35
Adiantamentos ao Pessoal	-593,75		-593,75	
Internalização da Municpália		300,00		300
TOTAL	-593,75	1.617,00	-593,75	1.679,35

As Dívidas Ativas respeitantes ao Pessoal da Autarquia são de 593,75 Euros.

Relativamente às Dívidas Passivas de Pessoal, salienta-se que o montante de 1.317,00 Euros referente a “Cauções do Pessoal” corresponde aos créditos de depósitos de garantia/cauções do pessoal relativo ao exercício de funções de manuseamento de valores, determinados por lei.

8.2.24. | Não se aplica.**8.2.25. | Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos em mora.**

Não existem débitos ao Estado e Outros Entes Públicos cujo pagamento esteja em mora. No entanto, a 31 de Dezembro de 2018, a rubrica “Estado e Outros Entes Públicos”, reflete um saldo credor de 304.654,76 Euros e decompõe-se da seguinte forma:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto Sobre o Rendimento		13.572,81		
Retenção de Imposto sobre o rendimento		155.496,78		160.038,56
Caixa Geral de Aposentações		91.342,20		95.177,68
Segurança Social		44.163,19		32.812,33
Serviços de Assistência Médica		79,78		82,48
IVA Reembolso Pedidos	163.207,98		99.871,90	
IVA Liquidações Oficiais	1.183,39		1.183,39	
TOTAL	164.391,37	304.654,76	101.055,29	288.111,05

Durante o ano de 2017 deu-se início a um processo de recuperação do IVA suportado, do Centro Cultural da Malaposta, Piscinas e Pavilhão Multiusos, sendo que já foi aceite o reembolso de 257.553,31 Euros referente aos anos de 2014, 2015 e 2016 pela Autoridade Tributária, desse valor 163.207,98 Euros ainda se encontra refletido no saldo devedor da rubrica estado e outros entes públicos.

Quanto à recuperação de Iva do ano de 2017 este ainda está a decorrer pelo que até agora estima-se recuperar cerca de 58.000,00 Euros, 2018 será o último ano deste processo, uma vez que com a internalização da Odivelas Viva, não justifica fazer recuperação de Iva para os anos seguintes.

8.2.26. | A desagregação das responsabilidades dos fundos caucionados por fornecedores de imobilizado e credores diversos encontra-se discriminado no mapa de operações de tesouraria.

DESAGREGAÇÃO DAS CONTAS DE ORDEM	SALDO DE GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	
	DEVEDOR	CREDOR	DEVEDOR	CREDOR	DEVEDOR	CREDOR
Garantias e cauções	12.805.864,71	0,00	0,00	0,00	15.185.474,51	0,00
Cauções de Empreitadas	706.123,28	0,00	103.977,62	391.808,34	993.954,00	0,00
Cauções de Prestações de Serviços	8.616,41	0,00	0,00	0,00	8.616,41	0,00
Garantias Bancárias	12.091.125,02	0,00	1.068.355,10	3.160.134,18	14.182.904,10	0,00
Recibos para Cobrança	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	12.805.864,71	0,00	1.172.332,72	3.551.942,52	15.185.474,51	0,00

Para 2018 transita um valor de fundos caucionados de 15.185.474,51 Euros, resultante de um saldo inicial de 12.805.864,71 Euros a que acresceu a prestação de 3.160.134,18 Euros e a liberação de Garantias/Cauções no montante de 1.068.355,10 Euros.

8.2.27. | Os movimentos nas rubricas de provisões, durante o exercício de 2016 foram os seguintes:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
19 - Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291 - Provisões para cobranças duvidosas	728.446,89	715.333,77	233.058,41	1.210.722,25
292 - Provisões para riscos e encargos	1.445.659,91	104.169,03	0,00	1.549.828,94
39- Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49- Provisões para investimentos financeiros	24.500,00	0,00	24.500,00	0,00
TOTAL	2.198.606,80	819.502,80	257.558,41	2.760.551,19

As provisões para cobrança duvidosa registadas têm por base 100% do valor das dívidas constantes na conta 21.8 – Clientes, Contribuintes e utentes de cobrança duvidosa.

Neste exercício as provisões revertidas estão relacionadas maioritariamente com a anulação de saldos de Outros Devedores no valor de 210.979,24 Euros

O aumento do montante da conta “Provisões para cobrança duvidosa” deve-se essencialmente à provisão efetuada referente às dívidas de Loteamentos e Obras no montante de 658.743,36 Euros.

O valor acumulado de provisões para riscos e encargos até 2018 cifra-se 1.549.828,94 em Euros (2017: 1.445.659,91 Euros) e respeita a riscos e encargos associados a processos judiciais onde a Câmara Municipal de Odivelas é ré.

Esta provisão teve um reforço de 104.169,03 Euros em 2018, relacionado com novos processos.

No âmbito do apoio à instalação de novos municípios, definida na Lei 142/85 e na Lei 48/99, o Município de Odivelas peticionou uma ação administrativa comum sob a forma ordinária à Presidência do Conselho de Ministros no montante de 18.319.767,91 Euros. Este valor não se encontra relevado no Balanço do Município por se considerar um ativo contingente.

8.2.28. | Fundo Patrimonial.

O Fundo Patrimonial apresentava um saldo inicial de 168.432.609,33 Euros, relativo a Património, Reservas Legais e Resultados Transitados. Os movimentos ocorridos na classe 5 foram os seguintes:

- Incremento da conta 57.1 – Reservas Livres, decorrente da aplicação de resultado líquido de 2017, no montante de 429.907,68 Euros;
- Incorporação de 7.831.660,93 Euros do Resultado Líquido do exercício de 2017, na conta 59.1 – Resultados Transitados provenientes dos resultados líquidos;
- Aumento na conta 59.2 – Regularizações de inventariação do património, no valor de 47.993,93 Euros.
- Aumento na conta 59.5 - Odivelas Viva proveniente da internalização da Odivelas Viva (Resultados Transitados) 1.450.309,28 Euros.

FUNDO PATRIMONIAL	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
51.1 - Património CMO	318.430.575,44	0,00	0,00	318.430.575,44
51.2 - Património Municipália	867.473,14	0,00	0,00	867.473,14
51.3 - Património Odíveas Viva	0,00	24.907.729,89	24.907.729,89	0,00
57.1 - Reservas Legais	2.584.762,49	429.907,68	0,00	3.014.670,17
57.4 - Reservas Livres	0,00	0,00	0,00	0,00
57.6 - Doações	260.785,84	0,00	0,00	260.785,84
59.1 - Resultados Transitados provenientes dos resultados líquidos	55.561.102,60	7.831.660,93	0,00	63.392.763,53
59.3 - Resultados Transitados provenientes de regularizações de inventariação do património	-215.485.949,27	125.318,83	77.325,44	-215.437.955,88
59.2 - Regularizações efetuadas aos projetos participados	-296.428,87	0,00	0,00	-296.428,87
59.4 - Saldos Finais da Municipália	-1.733.565,65	0,00	0,00	-1.733.565,65
59.5 - Saldos Finais da Odíveas Viva	0,00	2.907.914,24	1.457.874,96	1.450.039,28
88 - Resultado Líquido	8.243.853,61	11.826.348,33	8.243.853,61	11.826.348,33
Total	168.432.609,33	48.028.879,90	34.686.783,90	181.774.705,33

A variação da conta 59.2 representa todas as regularizações que têm vindo a ser efetuadas ao Património inicial do Município, não tendo sido relevada a correção na conta 51 – Património, mas fazendo-a refletir na conta 59 – Resultados Transitados.

A correção efetuada este ano resulta do Alvará de Loteamento nº3/2002/DRLA – AUGI no bairro Castelo Poente na Ramada, que não estava inventariado e foi feita a sua regularização no ano de 2018.

8.2.29. | Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas.

MOVIMENTOS	MERCADORIAS	2018	2017
		MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
32/36 - Existências Iniciais	0,00	85.536,36	83.946,21
312/316 - Compras	103.625,00	18.235,27	24.125,89
38 - Regularizações de Existências	0,00	-25,34	-133,85
32/36 - Existências Finais	0,00	80.792,08	85.536,36
CMVMC = EI+C+/-REG-EF	103.625,00	22.954,21	22.401,89

8.2.30. | Não se aplica.

8.2.31. | Demonstração de Resultados Financeiros.

O quadro abaixo visa apurar os ganhos ou perdas financeiras do Município de Odivelas, ou seja, os custos suportados pela utilização de recursos financeiros e os proveitos resultantes de aplicações financeiras de curto, médio e longo prazo.

O aumento nos juros suportados deve-se aos juros dos empréstimos bancários, que aumentou substancialmente devido à incorporação do empréstimo que transitou da Odivelas Viva.

CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		2018	2017			2018	2017
681	Juros suportados	246.632,36	45.501,62	781	Juros obtidos	21.139,49	19.034,16
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	7.114.015,19	7.066.325,03
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	150.214,65	268.078,80
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
686	Descontos P.P Concedidos	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	139,83	178,14
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiras	845,72	1.010,06	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
RESULTADOS FINANCEIROS		7.038.031,08	7.307.104,45				
		7.285.509,16	7.353.616,13		Total	7.285.509,16	7.353.616,13

O montante de 7.114.015,19 Euros na rubrica 783 – Rendimentos de Imóveis é resultante das rendas de concessão pagas pela EDP, nos termos da Portaria n.º 437/2001, de 28 de Abril e das receitas de águas residuais (tarifa fixa – conceito 21 e Tarifa variável – conceito 26) cobradas aos munícipes de Odivelas, bem como o débito das rendas pagas pelos SIMAR referentes a redes de saneamento de águas residuais.

Na conta 784 está refletido o valor a receber, referente à distribuição de dividendos, do ano de 2018 da Valorsul e das Águas do Tejo Atlântico.

O montante refletido na rubrica na rubrica 688 – Outros custos e perdas financeiras resulta de custos com serviços bancários.

8.2.32. | Demonstrações dos Resultados Extraordinários.

CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		2018	2017			2018	2017
691	Transferências de capital concedidas	4.196.247,90	4.362.596,03	791	Restituições de impostos	75.687,83	181.865,30
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	12,85	129,89	79.3	Ganhos em existências	46,53	4,02
694	Perdas em imobilizações	1.687,52	202,68	794	Ganhos em imobilizações	0,00	0,00
695	Multas e penalidades	2.947,92	510,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	298.276,96	231.012,68
696	Aumentos de amortizações e provisões	80.189,05	0,00	796	Reduções de amortizações e provisões	257.558,41	91.460,43
697	Correções relativas a exercícios anteriores	58.348,88	44.491,54	797	Correções relativas a exercícios anteriores	44.651,20	98.015,31
698	Outros custos e perdas extraordinários	2.713,12	54.882,68	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	888.529,62	4.232.755,48
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS		-2.777.396,69	372.300,40				
		1.564.750,55	4.835.113,22		Total	1.564.750,55	4.835.113,22

A maior rubrica destas contas corresponde às transferências de capital que o Município de Odivelas efetua, resultante de protocolos de cooperação com as Juntas de Freguesia e outras entidades do concelho no âmbito das suas competências, decomposto da seguinte forma:

	2018	2017
Freguesias	3.771.683,34	3.760.647,30
Coletividades	219.057,76	397.716,86
Bombeiros	205.506,80	204.231,87
TOTAL	4.196.247,90	4.362.596,03

O valor reconhecido em perdas do Imobilizado refere-se a abates de bens do Património.

O valor reconhecido em benefícios de penalidades contratuais resulta de multas, coimas e outras penalidades de contraordenação e execuções fiscais e ainda juros de mora e compensatórios.

Em termos de proveitos, o valor das reversões de provisão ascende a 257.558,41 Euros, dos quais 24.500 Euros se refere à participação financeira referente à Odívelas Viva, sendo o restante valor relativo à reversão de provisões referentes a dívidas de cobrança duvidosa de Outros Devedores.

Do montante revelado em Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários, 537.312,34 Euros refere-se à transferência da rubrica de Proveitos Diferidos relativos a subsídios ao investimento, na proporção das respetivas amortizações dos bens.

O restante valor é proveniente de indemnizações recebidas por danos causados em património Municipal.

8.2.33. | Outras Informações consideradas relevantes.

○ Responsabilidades de curto prazo

Os custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações encontram-se identificados no mapa de empréstimos.

A 31 de Dezembro de 2018, a dívida com os Empréstimos Bancários totaliza 23.421.279,93 Euros, sendo que as responsabilidades de curto prazo são de 3.193.773,41 Euros, conforme quadro seguinte:

ENTIDADE	MONTANTE DO EMPRÉSTIMO	SALDO EM 31.12.2018	PREVISÃO DOS ENCARGOS FINANCEIROS PARA O PRÓXIMO ANO		
			AMORTIZAÇÃO	JUROS REMUNERATÓRIOS	TOTAL
Caixa Geral de Depósitos	48.243.531,69	22.266.876,00	3.111.787,10	297.735,41	3.409.522,51
Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana	1.976.457,00	1.154.403,93	81.986,31	999,68	82.985,99
TOTAL	50.219.988,69	23.421.279,93	3.193.773,41	298.735,09	3.492.508,50

○ **Dívidas de Terceiros**

Em 31 de Dezembro de 2018, as Dívidas de Terceiros de curto prazo têm a seguinte composição:

DÍVIDAS DE TERCEIROS DE CURTO PRAZO	2018	2017
Clientes C/C	17.640,00	6.859,88
Contribuintes C/C	325.339,06	1.336.959,93
Multas, Coimas e Outras Penalidades	7.349,85	10.029,00
Loteamento e Obras	317.296,70	1.326.133,75
Outros	692,51	797,18
Utentes C/C	404.451,47	252.293,90
Serviços Específicos das Autarquias	12.238,01	7.375,48
Rendas e Alugueres	57.443,72	55.047,51
Serviços de Educação, Refeições Escolares	328.233,24	183.820,51
Outros Utentes	6.536,50	6.050,40
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	912.132,75	243.909,67
Adiantamentos a Fornecedores de Imobilizado	0,00	14.850,00
Estado e outros entes públicos	164.391,37	101.055,29
Outros Devedores	2.467.718,84	2.675.449,05
TOTAL	4.291.673,49	4.631.377,72

O saldo da rubrica Contribuintes c/c, no montante de 325.339,06 Euros, refere-se aos valores devidos ao Município de aplicação de coimas e custas de processos de contraordenação e de loteamento de obras.

Do saldo devedor com os Utentes c/c cerca de 328.233,24 refere-se a dívida referente às refeições escolares da JI e 1º Ciclo. O montante de 57.443,72 Euros corresponde às receitas devidas das rendas de habitação social e alugueres de pavilhões desportivos.

O saldo devedor de 2.467.718,84 Euros respeita, essencialmente, ao seguinte:

- Verbas a receber da DGESTE - 435.980,46 Euros

- Às rendas devidas pela empresa EDP – Serviço Universal, S.A no âmbito do contrato de concessão no montante de 464.361,85 Euros;
- Valor a receber dos SIMAR, no valor de 847.618,89 Euros;
- Rendas de aluguer de espaços no valor de 246.221,13 Euros;
- Verbas a receber da Agência para o Desenvolvimento e Coesão – 291.286,72 Euros.

As Dívidas de Terceiros de médio e longo prazo no valor de 409.081,79 Euros referem-se a dívidas de loteamento e obras, para os quais foram celebrados planos de pagamentos, cuja data de vencimento é superior a 1 ano.

○ **Dívidas a Terceiros de Curto Prazo**

Os valores das dívidas a terceiros decompõem-se, da seguinte forma:

DÍVIDAS A TERCEIROS A CURTO PRAZO	2018	2017
Fornecedores C/C	74.172,25	392.291,29
Fornecedores - Faturas em receção e conferência	1.492.799,07	2.427.853,79
Fornecedores de Imobilizado C/C	8.109,45	47.112,30
Estado e Outros Entes Públicos	304.654,76	288.111,05
Outros Credores	1.921.747,96	1.862.314,00
TOTAL	3.801.483,49	5.017.682,43

Na rubrica “Fornecedores – Faturas em receção e conferência”, os principais saldos que decompõem o montante em aberto a 31 de Dezembro de 2018, são os seguintes:

EDP Serviço Universal, SA, no valor de 357.120,95 Euros;

EDP Serviço Comercial, no valor de 58.192,61 Euros

SIMAR, no valor de 99.660,86 Euros;

Decoverdi, Plantas e Jardins, no valor de 94.583,40 Euros;

Paredes e Parede, no valor de 58.925,64 Euros;

Tecnaco - Técnicos de Construção, no valor de 147.456,75 Euros.

O saldo da rubrica Outros Credores, no montante de 1.921.747,96 Euros, respeita essencialmente a operações de tesouraria no valor de 1.034.300 Euros, a uma dívida às Estradas de Portugal no valor de 622.512,19 e 219.862 Euros do Fundo de Apoio Municipal a pagar durante o ano de 2019.

O restante valor do Fundo de Apoio Municipal no valor de 109.931 Euros encontra-se refletido nas Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo.

○ **Acréscimos e Diferimentos Ativos**

De acordo com o princípio de especialização do exercício, o Município de Odivelas contabilizou em Acréscimos e Diferimentos o seguinte:

SALDOS DEVEDORES	2018	2017
271 - Acréscimos de Proveitos		
Juros a Receber	7.539,27	0,00
Outros Acréscimos de Proveitos	3.998.374,03	3.810.044,37
Sub - Total	4.005.913,30	3.810.044,37
272 - Custos Diferidos		
Seguros	0,00	58.500,61
Outros Custos Diferidos	460.273,01	444.819,20
Sub - Total	460.273,01	503.319,81
Total	4.466.186,31	4.313.364,18

Em Acréscimos de Proveitos, os principais movimentos considerados neste saldo são:

- Especialização de IMI, IUC, IMT e Derrama, de Dezembro de 2018 mas recebidos em Janeiro de 2019 – 1.441.198,06 Euros;
- Especialização da receita do SIMAR relativa a Dezembro de 2018 – 424.897,22 Euros;
- Proveitos da Lisboagás - taxa de ocupação do subsolo – 376.888 Euros;
- Especialização das Férias e Subsídio de Férias a receber da DREL – Pessoal não Docente – 691.228,39 Euros.
- Especialização dos dividendos da Valorsul e Águas do Tejo Atlântico – 150.150,25 Euros.
- Especialização de Proveitos arrecadados em 2019 cujo proveito se refere a 2018 no valor de 424.216,13 Euros.

A rubrica Outros Custos Diferidos inclui 370.761,51 Euros relacionados com pagamentos antecipados do Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) 2ªtranche ano letivo 2018/2019 (referentes a Janeiro-Março de 2019) e Programa das Atividades de Animação e de Apoio à Família na Educação Pré-escolar 2ªtranche (Janeiro a Março) - Ano letivo 2018/2019.

○ **Acréscimos e Diferimentos Passivos**

SALDOS CREDITORES	2018	2017
273 - Acréscimos de Custos		
Seguros a Liquidar	7.641,89	223,94
Remunerações a Liquidar	3.287.307,89	3.012.476,40
Juros a Liquidar	1.958,84	1.465,86
Assistência Técnica	50.949,44	43.470,14
Outros Acréscimos de Custos	2.818.654,15	1.637.964,13
Sub - Total	6.166.512,21	4.695.600,47
274 - Proveitos Diferidos		
Subsídios ao Investimento	21.001.090,87	19.918.718,19
Outros Proveitos Diferidos	41.630,80	45.189,66
Sub - Total	21.042.721,67	19.963.907,85
Total	27.209.233,88	24.659.508,32

O saldo da conta 27.3 – Acréscimos de custos inclui essencialmente:

- 3.287.307,89 Euros de remunerações e os respetivos encargos sobre remunerações, referente a Férias e subsídio de Férias a liquidarem em 2019;
- 2.818.654,15 Euros relativos a outros custos incorridos em 2018, cuja fatura só deu entrada nos Serviços em 2019.

Na conta 27.4 – Proveitos Diferidos, estão incluídos os subsídios para investimento, no montante de 21.001.090,87 Euros, atribuídos à autarquia, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio, os quais estando associados a ativos, são reconhecidos na conta “79.8.3 – Proveitos e ganhos extraordinários – transferências de capital”, de forma consistente e proporcional com as amortizações dos bens subsidiados.

Prazo Médio de Pagamento

A incorporação do valor do ativo imobilizado proveniente da Odivelas Viva, tem reflexos imediatos no apuramento do Prazo Médio de Pagamentos.

Assim, o Prazo Médio de Pagamentos do Município de Odivelas é a 31/12/2018 de 14 dias.

De referir que se não tivesse sido efetuada a incorporação deste valor de ativo imobilizado o Prazo Médio de Pagamentos do Município de Odivelas seria de 22 dias, mantendo-se igual ao de 2017.

Mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município de Odivelas, a 31 de Dezembro de 2018

Demonstração do cálculo dos limites da dívida total municipal para 2018	MONTANTE (euros)
Receita Corrente Líquida 2015	85.351.939,19
Receita Corrente Líquida 2016	84.988.071,58
Receita Corrente Líquida 2017	92.958.385,67
Total da Receita Corrente Líquida 2015 - 2017	263.298.396,44
Média da receita Corrente Líquida	87.766.132,15
Limite da dívida Total	131.649.198,22
Situação da dívida total municipal a 31 de Dezembro de 2018	MONTANTE (euros)
Total das dívidas a terceiros	27.332.694,42
Contribuição SM/AM/SEL/Entidades Participadas	757.678,65
Dívida Total	28.090.373,07
Total da Dívida não orçamental	1.325.381,95
Total do Capital Excecionado	0,00
Total do FAM	329.793,00
Dívida Total excluindo Não Orçamental, Capital Excecionado e FAM	26.435.198,12
Situação face aos limites	MONTANTE (euros)
Margem Absoluta	105.214.000,10
Margem Utilizável	21.042.800,02